

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Luana Eliane da Silva Santos

**A POBREZA ENTRE REGIÕES NO BRASIL: Uma Análise através da
Abordagem Multidimensional**

CARUARU
2018

A POBREZA ENTRE REGIÕES NO BRASIL: Uma Análise através da Abordagem Multidimensional

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado por Luana Eliane da Silva Santos como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Área de concentração: Economia Regional e Urbana

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S237p Santos, Luana Eliane da Silva.
A pobreza entre regiões no Brasil: uma análise através da abordagem multidimensional. / Luana Eliane da Silva Santos. – 2018.
39 f. il. : 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Pobreza. 2. Regiões brasileiras. 3. Economia. I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). II. Título.

CDD 330 (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-413)

LUANA ELIANE DA SILVA SANTOS

**A POBREZA ENTRE REGIÕES NO BRASIL: Uma Análise através da Abordagem
Multidimensional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 14/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Msc. Ana Paula Sobreira Bezerra (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido o dom da vida, por sempre me guiar, fortalecer e proporcionar tantas realizações. Sou extremamente grata aos meus pais, Eliane e José Almir, por todo amor, carinho, apoio e ensinamento ao longo de minha vida. Ao meu irmão, Lucas, por sempre estar presente compartilhando conversas sobre a trajetória acadêmica. Agradeço aos meus familiares pela força e incentivo.

Ao meu esposo, Abílio Neto, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo apoio nos momentos de dificuldades, pela paciência em me escutar e pelas palavras de amor e carinho. Sou grata aos amigos, Bruna Castro, Laudenor Moraes, Luíza Barros e Maria Jadenice, que tive a oportunidade de conhecer na universidade e com eles compartilhar momentos especiais e inesquecíveis.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa, pelo suporte, apoio e dedicação na elaboração deste trabalho.

Aos meus professores, por passar adiante seus conhecimentos proporcionando ensinamentos valiosos que contribuíram para minha formação acadêmica.

A todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O estudo do fenômeno da pobreza se torna cerne de vários debates junto à sociedade brasileira, principalmente a partir dos anos de 1990, e assume destaque nos anos 2000. Desse modo, a proposta do tema desse estudo busca entender a pobreza estrutural ou multidimensional para então classificar as pessoas (famílias), como pobres ou não pobres. A justificativa para esta classificação é de que a renda pode ser considerada um fator importante para a análise, porém não única. A abordagem da pobreza multidimensional para as regiões brasileiras faz uso da metodologia desenvolvida por Kageyama e Hoffmann (2006), através de uma análise exploratória dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O objetivo geral do trabalho consiste em analisar a pobreza multidimensional entre as regiões brasileiras, identificando a população pobre e não pobre, nos anos de 1995, 2005 e 2015. Para tanto, busca-se identificar e classificar os pobres em três grupos nas regiões do Brasil: a) pobre tipo I, quando existe insuficiência de renda; b) pobre tipo II, quando falta dois dos três elementos básicos (luz elétrica, banheiro e água canalizada); c) pobre tipo III, ausência dos três elementos básicos ou baixa renda (extrema pobreza); e verificar a população dessas regiões que não está inserida nos grupos acima, denominada como não pobre. Além disso, analisam-se algumas características da população pobre que vive com menos de meio salário mínimo nas regiões do Brasil. Os resultados mostraram que entre os anos de 1995 e 2005 houve crescimento da população classificada como pobre tipo I, em todas as regiões do Brasil, exceto no Centro-Oeste. A pobreza tipo II e tipo III (extrema pobreza) apresenta trajetória de redução nos anos analisados, inclusive no Nordeste e Norte. Como reflexo das políticas de longo prazo, observa-se uma evolução no percentual da população não pobre, no ano de 2015. A maioria da população que vive com menos de meio salário mínimo são do sexo feminino, a população da raça preta e parda é maioria entre os pobres, onde apresenta maiores percentuais na região Norte e Nordeste. Observa-se também que o Nordeste se destaca com a maior média da população pobre, que não possui instrução ou com menos de um ano de estudo. Conclui-se que apesar da redução da pobreza, esta ainda é persistente no Brasil, sobretudo na região Nordeste e Norte. Este fato pode ser atribuído às desigualdades regionais existentes no país. Desse modo, o estudo das variáveis multidimensionais da pobreza, permite auxiliar o direcionamento eficiente das políticas públicas, com finalidade de atuar nas regiões que apresentam maiores índices de pobreza.

Palavras-chave: Pobreza. Pobreza Multidimensional. Regiões Brasileiras.

ABSTRACT

The study of the phenomenon of poverty becomes the core of several debates with Brazilian society, especially since the 1990s and is prominent in the 2000s. Thus, the proposal of the theme of this study seeks to understand the structural or multidimensional poverty to then classify people (families), such as poor or not poor. The justification for this classification is that income can be considered an important factor for the analysis, but not unique. The multidimensional poverty approach for Brazilian regions makes use of the methodology developed by Kageyama and Hoffmann (2006), through an exploratory analysis of the microdata of the National Household Sample Survey (PNAD). The general objective of the study is to analyze multidimensional poverty among Brazilian regions, identifying the poor and non-poor population, in the years 1995, 2005 and 2015. In order to do so, we seek to identify and classify the poor in three groups in the regions of Brazil: a) poor type I, when there is insufficient income; b) poor type II, when two of the three basic elements are missing (electric light, bathroom and piped water); c) poor type III, absence of the three basic elements or low income (extreme poverty); and verify the population of these regions that is not inserted in the above groups, denominated as non-poor. In addition, some characteristics of the poor population living with less than half a minimum wage in the Brazilian regions are analyzed. The results showed that between the years of 1995 and 2005 there was growth of the population classified as poor type I, in all regions of Brazil, except in the Center-West. Poverty type II and type III (extreme poverty) have a reduction trajectory in the years analyzed, including in the Northeast and North. As a reflection of long-term policies, there is an evolution in the percentage of the non-poor population in 2015. The majority of the population living on less than half a minimum wage are female, the black and majority among the poor, where it presents the highest percentages in the North and Northeast. It is also observed that the Northeast stands out with the highest average of the poor population, who do not have education or with less than a year of study. It is concluded that despite the reduction of poverty, it is still persistent in Brazil, especially in the Northeast and North. This fact can be attributed to the regional inequalities in the country. In this way, the study of the multidimensional variables of poverty, allows to help the efficient directing of public policies, in order to act in the regions with the highest poverty rates.

Keywords: Poverty. Multidimensional Poverty. Brazilian Regions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008(%)	18
Figura 2. Valor do salário mínimo de 1995, 2005 e 2015, corrigidos pelo INPC set./2015....	27
Figura 3. População pobre e não pobre – 1995, 2005 e 2015 - (linha de pobreza 0,5 SM)	28
Figura 4. Trajetória para Pobreza no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.....	29
Figura 5. Proporção de Pobres nas Regiões do Brasil, 1995, 2005 e 2015 (%)	30
Figura 6. Média da População Pobre segundo Raça (Linha de pobreza < 0,5 SM), Regiões e Brasil – 1995, 2005 e 2015 (%)	31
Figura 7. Média da População Pobre no Brasil e Regiões segundo Sexo - 1995, 2005 e 2015 (%)	32
Figura 8. Média da População Pobre Sem Instrução ou com menos de 01 ano de Instrução – 1995,2005 e 2015 (%)	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo Geral	12
1.2	Objetivos Específicos	12
1.3	Estrutura do Trabalho	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	Abordagem sob a Ótica da Pobreza Absoluta	17
2.2	Abordagem sob a Ótica da Pobreza Relativa	19
2.3	Pobreza Subjetiva	20
2.4	Pobreza Multidimensional	20
3	METODOLOGIA	24
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
5	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O estudo do fenômeno da pobreza se torna cerne de vários debates junto à sociedade brasileira, principalmente a partir dos anos de 1990 e assume destaque nos anos 2000. Segundo Salama (2010), a pobreza no Brasil está em declínio, pois entre 1999 e 2007 foi possível constatar uma redução de aproximadamente 8,79%. No entanto, o autor ressalta que, quando se analisa o número absoluto de pessoas que vivem em estágio de privação social e econômica no país, constata-se um contingente de aproximadamente 46 milhões de pessoas vivendo em um cenário de pobreza no período analisado.

Segundo Rocha (1998a) a pobreza pode ser caracterizada como uma realidade de privação tanto social como econômica e, esse estágio de fragilidade socioeconômica no Brasil se apresenta persistente e, pode ser verificada entre pessoas ou regiões. No primeiro caso, ela está associada à variância nos indicadores de qualidade de vida, que pode ser analisada através da renda. No segundo caso, existem vários critérios para que se possa mensurá-la, porém, mesmo com políticas públicas voltadas para seu combate, apresenta altos níveis diferentes entre as regiões brasileiras.

Diante dessa perspectiva estudos do fenômeno da pobreza apresentam na sua composição, a construção tanto da estrutura como dos processos que lhe dão formas perversas, para uma boa parte da sociedade contemporânea. No caso específico do Brasil, essa construção pode ser observada desde sua colonização, até os dias atuais (CORRÊA, 2013).

Neste sentido, há existência de forte diferença inter-regional no país, onde é possível constatar que a região Norte e Nordeste, por exemplo, apresenta alta incidência de pobreza entre as unidades federativas, seja qual for o indicador utilizado para a análise. Em 1981, a proporção de pobres na região Norte era de 47,88%, no Nordeste 56,52%, enquanto no Sul era de apenas 21,36, passando para 10,90% em 1995 (ROCHA,1998b),

Corrêa (2013) identifica a persistência dessa problemática ao verificar dados dos anos 2001 a 2009¹, sendo possível identificar a porcentagem de pobres no Brasil e nas cinco regiões federativas do país, onde se constata um processo de permanência da desigualdade

¹ A Linha de Pobreza inclui, além do valor da cesta alimentar que complete as necessidades de consumo calórico mínimo, leva em conta também o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês. A área rural da região norte do país.

inter-regional no país até os dias atuais, onde a média percentual para o Brasil foi de aproximadamente 32,73%, enquanto a região Norte foi da ordem de (44,22%); Nordeste (56,46%); Centro-Oeste (21,95%); Sudeste (20,95%) e Sul (21,01%).

Diante dessa perspectiva a análise da diferença no nível de pobreza pode ser verificada através da renda, uma visão unidimensional desse fenômeno, ou pela privação de acesso a bens e serviços considerados básicos para a sobrevivência do indivíduo, análise sob a abordagem multidimensional desse fenômeno (CORRÊA, 2013). Sendo assim, é preciso pontuar que estudos sobre esse tema se mostram de extrema relevância, ou seja, explorar todas as possíveis causas que venham definir o conceito mais real sobre a definição do que seja pobreza, e qual melhor método a ser utilizado para identificar a população inserida nesse contexto.

Nesse sentido, a abordagem a nível multidimensional vem se apresentar como um importante instrumento metodológico para estudos que tem como objetivo central o fenômeno da pobreza, pois a mesma envolve aspectos de diversas naturezas para determinar e constatar o nível de privação socioeconômico de uma sociedade (ROCHA, 2003).

A defesa da abordagem “multidimensional” está no fato que sua análise não é focada somente em um único parâmetro, como é o caso unidimensional (a renda), pois se defende que é necessário levar em consideração a evidência da sua relação com os múltiplos fatores que o cerca, ou seja, uma análise multidimensional (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006).

Desse modo segundo os autores, é de fundamental importância analisar a condição de vida das famílias. Para isso, pode-se verificar se estas possuem acesso a vários serviços básicos, tais como: educação, saúde, água, luz, banheiro, recolhimento de lixo, ou se dispõem de alimentos suficientes para suprir suas necessidades, dentre outros elementos.

No contexto multidimensional, uma variável que define as condições de moradia é a coleta de lixo domiciliar, água canalizada, banheiro e luz elétrica. Segundo Corrêa (2013), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), conclui-se que na região metropolitana de Salvador, 60,38% da população tem seu lixo coletado diretamente na sua rua, enquanto a região metropolitana de Porto Alegre, 96,81% dos domicílios tem acesso a esse serviço. Quando se observa as regiões metropolitanas de Fortaleza e Recife, no quesito “água canalizada”, o percentual da população que é atendida com esses serviços, é de aproximadamente 94,40% e 51,17%, respectivamente. E quando se analisa o acesso a escoamento sanitário, sob a análise da variável “rede coletora de esgoto”, essas regiões apresentam os seguintes percentuais respectivamente, 90,82% e 39,78%. Outras variáveis

também foram analisadas e o que se verifica é que essas disparidades prevalecem entre as diferentes regiões do país.

Desse modo, a proposta do tema desse estudo é buscar entender a pobreza estrutural ou multidimensional para então classificar as pessoas (famílias), como pobres ou não pobres. A justificativa para esta classificação é de que a renda pode ser considerada um fator importante para a análise, porém não única. Ou seja, a inclusão da abordagem onde-se considera vários vetores que podem identificar a inserção dos indivíduos ou famílias num cenário de privação socioeconômica torna o resultado mais crível e compatível com a realidade (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006).

Diante dessa perspectiva, o atual trabalho vem se colocar como um instrumento para levantar a discussão sobre a pobreza multidimensional entre as regiões brasileiras, nos anos de 1995, 2005 e 2015. Para tanto, emprega dados extraídos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no objetivo de trazer para discussão a importância em se utilizar uma abordagem que venha circular em torno do tipo de pobreza que não se configura apenas na insuficiência de renda, mas também, na privação de fatores importantes para a dignidade humana.

1.1 Objetivo Geral

Verificar a pobreza multidimensional entre as regiões brasileiras, identificando a população pobre e não pobre, nos anos de 1995, 2005 e 2015.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar e classificar os pobres em três grupos nas regiões do Brasil: a) pobre tipo I, quando existe insuficiência de renda; b) pobre tipo II, quando falta dois dos três elementos básicos (luz elétrica, banheiro e água canalizada); c) pobre tipo III, ausência dos três elementos básicos e baixa renda (extrema pobreza);
- Verificar a população dessas regiões que não está inserida nos grupos acima denominada como não pobre.

1.3 Estrutura do Trabalho

O trabalho proposto busca analisar a persistência da pobreza entre as regiões brasileiras através da abordagem multidimensional embasado em Kageyama e Hoffmann, 2006. Para tanto, o atual estudo foi elaborado em cinco capítulos. O primeiro se refere a esta introdução, onde se procura levantar de maneira geral as diferentes abordagens que norteiam os estudos do fenômeno da pobreza. A partir desse foco, procura-se a defesa da argumentação levantada considerando a abordagem multidimensional. O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, que tem como objetivo discorrer das diferentes linhas de pensamento, definições e metodologias que tem como cerne estudos do fenômeno da pobreza. Os procedimentos metodológicos adotados apresentam-se no terceiro capítulo, onde constam informações referentes ao método proposto para a análise dos dados e identificação da pobreza nas regiões brasileiras. A exposição dos dados e as análises dos resultados referentes à persistência da pobreza multidimensional, será contemplada no quarto capítulo. Como finalização do trabalho, vem as considerações conclusivas expostas como forma de se justificar a metodologia adotada para classificar pobres e não pobres através de uma abordagem multidimensional como método que vem agregar na forma de se estudar o fenômeno da pobreza.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao passar dos anos os significados atribuídos à pobreza vem passando por um processo de transformação, pois quando se aborda o conceito de pobreza, este deve ser definido de acordo com cada período, pois o tempo pode influenciar no tratamento dado à sua análise (EZEQUIEL, 2010). Nesse contexto, ao iniciar os estudos a partir do período da Idade Média é bastante explicativo para quem se propõe a estudar a pobreza, “pois foi em seu seio que se verificaram as grandes transformações que marcaram a concepção moderna da pobreza” (SOUZA, 1982, p.51 apud EZEQUIEL, 2010 p. 98).

Lavinas (2003, p. 29), conclui que “pobreza significa falta de renda ou pouca renda”, e se definida mais criteriosamente, a pobreza pode ser vista “como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana”.

Nesse sentido, a pobreza também está associada à carência, ou seja, a falta de acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos.

Referindo-se ainda a conceituação de pobreza, Romão (1982); Crespo e Gurovitz (2002), questionam que a definição de pobreza é algo complexo e dependendo do modo como é avaliada, pode ser classificada como: pobreza absoluta, relativa ou “juízo de valor”, a pobreza subjetiva.

O conceito de pobreza absoluta se propõe quando são fixados padrões para o nível "mínimo" ou "suficiente" de necessidade - também conhecido como a linha ou limite da pobreza - e se computa a porcentagem da população que se encontra abaixo desse nível (ROMÃO 1982, p. 360).

Segundo Crespo e Gurovitz (2002) é importante ressaltar que a abordagem da pobreza relativa está relacionada principalmente com a desigualdade na distribuição de renda, onde algumas pessoas possuem melhor poder aquisitivo que outras, ou seja, fica evidente que a renda monetária é a única variável a ser analisada.

Os autores ainda decorrem sob a abordagem da pobreza subjetiva, onde a mesma é classificada levando em conta o “juízo de valor” do indivíduo diante da sua realidade. Esse “juízo de valor” é identificado através da constatação do grau de satisfação das necessidades e do nível de privação que deveria ser adequado para os indivíduos entrevistados, sem levar em consideração sua situação social concreta. Contudo, dependendo da visão social de cada indivíduo, o status de ser pobre ou não depende da percepção de cada pessoa. Ainda ressaltam

que a análise desse estágio de privação social sob a abordagem unidimensional para se definir a pobreza passa a ser apenas uma variável a ser levada em consideração, mencionam que esse fenômeno é muito mais complexo e mais abrangente do que uma análise tão “simplista”.

Diante dessa perspectiva, esse estágio de privação socioeconômica, sinaliza estar diretamente correlacionado não somente ao nível de renda dos indivíduos, mas também ao acesso à saúde, educação, moradia, entre outros. A partir do momento em que a sociedade passa a ter acesso a esses bens e serviços públicos, ou seja, é identificado um aumento do bem-estar socioeconômico dessa população (BARROS; MENDONÇA; DUARTE, 1997).

Corrêa, Lima e Campos (2015, p. 316), destacam que “a tradição mais prolífica de estudos sobre a pobreza entende que o bem-estar econômico é suficiente para mensurar em que medida uma pessoa (ou família) é pobre”.

Nesse sentido, frequentemente a pobreza é medida como escassez, pois, por simplificação, a renda representa um meio para adquirir bens essenciais para sobrevivência (CALDAS; SAMPAIO, 2015).

Nesse sentido, ao longo do tempo, somente a análise da pobreza sob a ótica unidimensional, ou seja, a renda monetária, passou a ser insuficiente para identificar esse estágio de privação social e econômica. Diante desse contexto, indicadores multidimensionais passam a ser utilizados para estabelecer com mais precisão a complexidade dessa realidade, a pobreza. Uma visão multidimensional da pobreza não orienta apenas para um indicador de pobreza adequado, mas também mostra porque uma medida de pobreza baseada apenas na renda não serve para a mesma (ANAND; SEN, 1997 apud CALDAS; SAMPAIO, 2015).

Segundo Caldas e Sampaio, (2015), uma análise multidimensional da pobreza deve destacar isoladamente dimensões como a privação de alimentos, de acesso a serviços de saúde e a uma rede pública de ensino de qualidade, de acesso à rede d’água, entre outras que se fazem presentes ainda em uma grande parcela da população brasileira.

Garcia e Tumolo (2009) destacam a importância do Estado como agente propulsor pela busca da redução da pobreza. Ressaltam que, cabe ao Estado propiciar o crescimento econômico através da implementação de políticas sociais voltadas para uma melhor distribuição de renda, para que assim parte da população consiga sair da linha de pobreza.

Nesse sentido, com intenção de reduzir o índice de pobreza e desigualdade no Brasil, a partir de 1990, a implementação de algumas políticas sociais foi intensificada². De acordo com Rocha (2013), a queda no índice da pobreza, no período pós estabilização a partir de 1994, pode ser analisada sob a ótica do aumento do poder aquisitivo das famílias, ou seja, o aumento da renda real justificada pelo controle do processo inflacionário.

Espindola (2008) ressalta que o aumento da renda é o único fator capaz de reduzir a pobreza, e, para saber de quanto foi essa redução, basta verificar o crescimento da população que está localizada abaixo da linha de pobreza³. É importante ressaltar que essa análise também vem acompanhada de limitações pois, nesse sentido, está apenas analisando recursos monetários para deferir sobre esse estágio de privação. Além disso, o valor estimado para a linha de pobreza poderá mostrar diferenças entre países ou até mesmo entre regiões de um mesmo país.

Ao se mencionar linha de pobreza, a mesma tem como objetivo de classificar a população objeto como pobres e não pobres (ROCHA, 2000). Esta, por sua vez, poderá ser avaliada através da estimação do custo de algumas variáveis, como por exemplo, educação, moradia, alimentação e transporte.

No que diz respeito a abordagem multidimensional, Kageyama e Hoffmann (2006), levam em consideração, além da renda, os indicadores não monetários de qualidade de domicílio para classificar os pobres e não pobres, tais como: a presença de água encanada em pelo menos um cômodo da casa, banheiro e energia elétrica no domicílio.

Ao analisar o desempenho social compreendido entre 2003-2011, Rocha (2013, p. 20), conclui que,

[...] esse período apresentou a sobreposição de evoluções favoráveis do nível e da distribuição de renda, levando à queda sustentada da pobreza, ao mesmo tempo em que se mantinha como pano de fundo a tendência de longo prazo de melhoria dos indicadores sociais.

Embora o Brasil tenha vivenciado períodos de avanço, no que diz respeito à redução da pobreza, há grandes diferenças entre as regiões do país. O mapa dessa melhoria dentro do

² O Plano Real lançado em 1993, no Governo Fernando Henrique Cardoso, conseguiu melhorar o cenário econômico brasileiro, trazendo consigo, estabilidade econômica ao país e consequente melhoria do ambiente macroeconômico aos indivíduos de baixa renda (BARRETO; FRANÇA; MANSO, 2015). Ainda segundo esses autores, a aplicação desse modelo de estabilização, as políticas sociais, juntamente com os benefícios de transferência de renda, as concessões de crédito para os microempreendedores, a valorização do salário mínimo, dentre outras ações, fez com que os índices de pobreza e desigualdade verificados nos estados brasileiros caíssem de forma considerável.

³ Linha de pobreza, sempre está diretamente ligado a um determinado nível de renda por domicílio, pode ser per capita, quantidade de salário mínimo, etc.

país se mostra de forma desigual. Em 2005, no estado de Santa Catarina, por exemplo, 10,50% das pessoas viviam abaixo da linha de pobreza, enquanto que em Alagoas, esse índice era de 60,45% (TEJADA; JACINTO; SANTOS, 2008). A renda per capita, que também é utilizada como variável importante para verificação da pobreza, também apresenta a mesma posição, ou seja, é possível, através dessa variável, constatar a persistência das desigualdades regionais no país. Essa realidade pode ser verificada a partir de estudos de Barreto, França e Manso (2015), que constatam que a renda per capita no Nordeste, nos últimos 30 anos, vem representando, em média, 50% da verificada na região Sudeste.

Essas diferenças também podem ser verificadas através de outra ótica, o acesso à saúde e à educação. As regiões que apresentam um maior grau de vulnerabilidade desses fatores, possuem, na maioria das vezes, alto índice de concentração de pobreza.

Nesse contexto, Tejada, Jacinto e Santos (2008, p. 2), concluem que “com base nos indicadores de pobreza e saúde, sabe-se que os estados das regiões Norte e Nordeste estão entre os que possuem as piores situações tanto para indicadores de pobreza como de saúde”.

Outro ponto a ser ressaltado é que se tornou comum associar a população rural como sendo a fração mais frágil de determinada sociedade, ou seja, a mais pobre. De fato, em alguns períodos essa associação pode ser levada em conta. No entanto, com a crescente urbanização, houve uma diminuição na porcentagem de pobres residentes em áreas rurais e um aumento na área urbana (ROCHA, 2013).

Nesse sentido, é de grande relevância levantar discussões sobre o que a literatura menciona no que tange às abordagens que têm como cerne a pobreza relativa, absoluta e multidimensional.

2.1 Abordagem sob a Ótica da Pobreza Absoluta

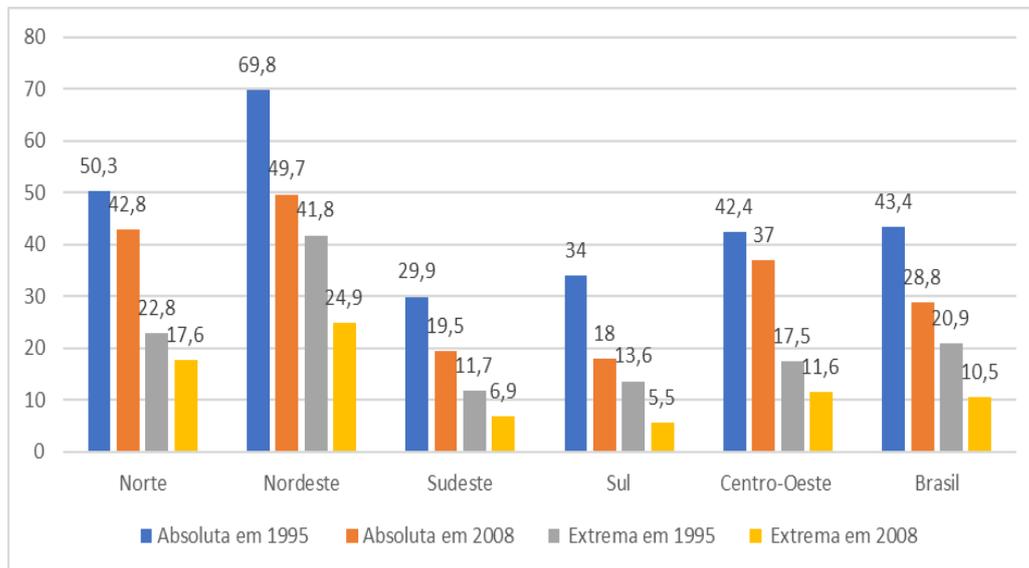
A pobreza absoluta, de acordo com Crespo e Gurovitz (2002, p. 4), é observada quando “da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a porcentagem da população que se encontra abaixo desse nível”.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), para estabelecer a linha de pobreza, é levado em consideração a renda familiar, onde a pobreza absoluta e a extrema pobreza estão relacionadas ao rendimento médio domiciliar per capita das famílias,

onde a primeira é de até meio salário mínimo mensal e a segunda, de até um quarto do salário mínimo.

O comunicado n° 58 do IPEA (2010), destaca que entre 1995 e 2008 o índice de pobreza absoluta apresentou uma redução de 33,6%, conforme Figura 1. Desse modo, 12,8 milhões de pessoas deixaram o status de pobreza absoluta. Analisando esse resultado e promovendo uma comparação entre a região Sudeste e Nordeste do país, o estudo verificou que a taxa de pobreza absoluta caiu respectivamente 34,8% e 28,8%, e a de extrema pobreza caiu 41,0% e 40,4%, respectivamente. Observa-se que todas as regiões tiveram uma queda nas taxas de pobreza, porém a taxas diferentes, quando comparadas umas com as outras.

Figura 1 - Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008(%)



Fonte: Ipeadata, (2018).

Kageyama e Hoffmann (2006), classificam os pobres em três grupos: a) pobre tipo I, quando existe insuficiência de renda; b) pobre tipo II, quando falta dois dos três elementos básicos (luz elétrica, banheiro e água canalizada); c) pobre tipo III, ausência dos três elementos básicos ou baixa renda (extrema pobreza). Dispondo dessas informações, demonstram o número de pobres e não pobres no Brasil, de 1992 a 2004. Os autores, concluem que, há trajetória de crescimento para os pobres tipo I, e constata um aumento de 1,6%, e decréscimo de 5,11% ao ano na taxa de pobres tipo II. No entanto, a extrema pobreza conseguiu um decréscimo ainda maior, de 10,5% ao ano. Durante esse período o número de pobres total no Brasil, não ficou constante,

pelo contrário, apresentou variações entre os anos. Porém, o número de pobres no ano de 1992 foi maior do que o apresentado no ano de 2004.

Dando continuidade à discussão sobre abordagens que centram o tema “pobreza”, a pobreza relativa segue como uma das mais utilizadas na literatura tanto nacional como internacional. O próximo tópico abordará com mais detalhes essa classificação.

2.2 Abordagem sob a Ótica da Pobreza Relativa

Ao contrário da pobreza absoluta, que segundo Vinhais e Souza (2006), é definida através de fatores de renda constantes, relacionados a algum critério fixo, a pobreza relativa é conceituada como sendo o valor médio fixado para a renda da população.

Nessa perspectiva, Soares (2009), destaca que a renda média ou mediana da população deve ser considerada com um formulador para a pobreza relativa, visto que a fração do valor da renda definido pela média ou mediana é considerado abaixo do padrão de consumo das famílias. Tal formulação implica na observação da pobreza como sendo função das desigualdades de renda existentes na sociedade.

As mudanças no processo de preferências ou de renda verificadas ao longo do tempo tente a alterar as opções da composição das cestas alimentares, ou seja, nas preferências. Esse movimento identifica um componente inserido na pobreza relativa de uma determinada sociedade, que vem a ser marcada por fatores de desigualdade de renda (ROCHA, 2000).

Romão (1982) no seu estudo identifica o indivíduo pobre e não pobre através do nível de distribuição, ou seja, os indivíduos do primeiro grupo estão localizados na parte inferior dessa distribuição, enquanto os do segundo grupo estão no nível mais elevado dessa pirâmide de distribuição de renda. Diante desse contexto, Oliveira, Souza e Junior (2015, p. 243), conclui que “a pobreza relativa define como pobre a pessoa que possui menos que os outros na sociedade”.

O fenômeno da pobreza também pode ser explicado através da abordagem subjetiva. Essa abordagem é determinada por um fator subjetivo (atribuição de um valor pessoal) considerando como instrumento avaliativo a “sensação” do indivíduo sobre seu estado de bem-estar socioeconômico. O tópico 2.3 apresenta algumas considerações referentes a essa denominação.

2.3 Pobreza Subjetiva

Como o próprio nome diz, a pobreza subjetiva é baseada na identificação pessoal de quanto o indivíduo tem sobre sua própria condição de vida, tanto social como econômica. Oliveira, Souza e Junior (2015), ressaltam que essa linha de pobreza detona um cenário de exclusão social, onde o pobre, segundo essa abordagem, é o indivíduo que tem a percepção que não possui o suficiente para se manter socialmente e economicamente. Para Kageyama e Hoffmann (2006, p. 81), “pobreza subjetiva é o sentimento de não ter o suficiente para uma vida sem privações”. Nesse mesmo contexto, Corrêa (2013), conclui que a referida abordagem é centrada na percepção do chefe de família sobre o mínimo de recursos e renda necessário para manter sua família.

Por se tratar de questões de identificação própria, ou seja, o sentimento individual da sua realidade, a definição de pobreza pode se tornar um problema ao ser avaliado, pois, ao ser questionado sobre sua renda, a resposta tende a ser sobre jugada, ou seja, dizer o que seria ideal e não o que realmente é.

Nas palavras de Vaz e Soares (2008, p. 1), “um problema com o uso de avaliações de renda mínima vital subjetivas é que a resposta à pergunta de renda mínima vital varia positivamente com a renda de quem responde”.

No método de Antuérpia, de Kapteyn ou método da pobreza subjetiva, a pobreza é apresentada através de uma abordagem subjetiva, ou seja, é identificada através das respostas dos indivíduos, encontradas na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).

Diante do exposto, é possível identificar a complexidade do estudo do fenômeno pobreza, haja vista as inúmeras definições e classificações que norteiam o tema. Assim sendo, a abordagem da pobreza sob a ótica multidimensional vem contribuir com essa discussão, pois a mesma considera várias deficiências na vida do indivíduo, tais como: acesso à saúde, educação, moradia, etc.

2.4 Pobreza Multidimensional

A notória necessidade de avaliar diversas variáveis para comparar o grau de pobreza e desenvolvimento econômico entre regiões foi percebida desde 1954, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal percepção tornou-se o marco para a discussão da análise multidimensional da pobreza no estudo de Kageyama e Hoffmann (2006).

Para Fahel, Theles e Caminhas (2016), a medida unidimensional da pobreza torna-se um instrumento frágil para identificar a população inserida em uma realidade de privação social e econômica. Desse modo, a adoção de dimensões mais abrangentes, que incorporam na análise a abordagem multidimensional, são determinantes para a explicação do fenômeno pobreza.

Outros autores, tais como Crespo e Gurovitz (2002), Lopes, Macedo e Machado (2003), Kageyama e Hoffmann (2006), Barros, Carvalho e Franco (2006), Lacerda (2009), Corrêa (2013), Silva (2015), Caldas e Sampaio (2015) Silva *et al.* (2017), também discorrem sobre a questão da multidimensionalidade das características da pobreza em seus estudos.

Diante dessa perspectiva, é de grande relevância citar o estudo do economista Amartya Sen onde trabalha e centra na discussão sobre a abordagem das capacitações. Sen (2000) trata a pobreza como privação de capacidades e liberdades humanas, onde a falta de renda não pode ser considerada, por si só, como a causa da pobreza, mas que a privação de liberdades que se manifesta na falta ou carência de acesso a serviços públicos, sociais e civis. Ou seja, essa carência tende a gerar privações de liberdade econômica, pois “o papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação” (SEN, 2000 p. 35).

Ainda segundo o autor,

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza¹. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, p. 109).

Corroborando com essa visão, Silva (2015 p. 77) ressalta que “a mudança de foco da renda para as capacitações possibilita um entendimento mais completo sobre os desafios envolvidos na pobreza”.

Ainda nessa perspectiva, o autor destaca que a sociedade engloba uma pluralidade de indivíduos com privações e capacidades diversas. Desse modo, a definição de pobre não pode se basear em uma única dimensão, haja vista essa heterogeneidade.

Vista como privação de capacitações básicas, a pobreza assume seu aspecto multidimensional, relacionamento não somente às variáveis econômicas, mas a todos os aspectos que colocam em risco as realizações do indivíduo e de sua família, em termos de saúde, educação, segurança, alfabetização, trabalho, dentre outros requerimentos que não dependem apenas de renda. (SILVA, 2015, p. 78).

No ano 2000, a Declaração do Milênio⁴, assinada por 189 países, ajudou a diminuir a arbitrária forma de escolha das dimensões que deveriam compor a análise multidimensional, bem como, fortaleceu a necessidade de ampliar o modo de avaliar o crescimento econômico e a pobreza, acrescentando novas variáveis como método de avaliação do desenvolvimento humano e as diferentes formas de análise da pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; DINIZ; DINIZ, 2009).

Diante do exposto, o estudo da pobreza em sua forma multidimensional está se propagando cada vez mais, tornando-se assim, mais reconhecida e relevante para as pesquisas realizadas nessa área. No entanto, como destaca Barros, Carvalho e Franco (2006), apesar dessa abordagem ser mais ampla, a pobreza ainda é frequentemente relacionada à falta de renda das famílias, sendo avaliada, em alguns casos, considerando seu contexto unidimensional.

Kageyama e Hoffmann (2006), salientam que os americanos tendem a utilizar as rendas monetárias como linha de determinação da pobreza, seja ela em termos absolutos ou relativos. Já nos países europeus a presença de estudos considerando a análise da pobreza como multidimensional é mais frequente.

Nesse sentido, a avaliação da pobreza em caráter multidimensional, que leva em conta a observação de diversas variáveis e dimensões, é de fundamental importância para determinar um indicador que venha considerar várias dimensões desse problema. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Os autores corroboram que é preciso muita pesquisa para que se consiga alcançar e definir dimensões mais precisas em relação a pobreza.

Diniz e Diniz (2009) abordam em seu trabalho, o uso de indicadores multidimensionais para medir o desenvolvimento humano e se deparam com o questionamento de quais seriam as dimensões corretas para compor o indicador.

Lacerda (2009) ressalta sobre os desafios que são encontrados para elaborar índices multidimensionais de pobreza, levando em consideração as capacitações, haja vista as dificuldades de mensurar medidas não quantitativas. No entanto, justifica que essas limitações não podem se tornar empecilho para a construção dos índices, pois eles são importantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução das privações dos indivíduos.

⁴ Maiores informações sobre a Declaração do Milênio poderão ser consultadas no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <www.pnud.org.br>.

É perceptível, diante dessas colocações, a dificuldade em determinar quais fatores são mais significativos para serem incluídos no estudo sob a ótica multidimensional. Porém, ao determinar esses fatores, obtém-se um resultado mais preciso e eficaz, quando aplicadas as políticas sociais em que são centradas na busca em identificar a população alvo que estaria inserida em uma realidade de real privação socioeconômica.

Através da observação dos índices multidimensionais da pobreza, é possível identificar e torná-los um instrumento para os gestores públicos usarem como ferramenta para políticas públicas que venham a ter como objetivo o enfrentamento do fenômeno da pobreza (FAHEL; THELES; CAMINHAS, 2016; SILVA *et al.*, 2017).

Para Ottonelli e Mariano (2014, p. 1277):

Os formuladores de políticas precisam conhecer as diferentes necessidades da população de forma que possam propor projetos de melhoria do que é mais urgente. É preciso que políticas de combate à pobreza promovam o acesso a diferentes aspectos relacionados com a vida das pessoas, de forma a permitir uma melhor condição de vida e inserção social.

Nesse contexto, segundo Barros, Carvalho e Franco (2006) os índices de pobreza multidimensionais são essenciais para analisar melhor a pobreza, além de ajudar a definir qual será o foco dos programas sociais que poderão ser implantados na análise. Diante dessa perspectiva, o atual estudo usará como cerne de análise a abordagem multidimensional utilizado por Kageyama e Hoffmann (2006), para identificar a pobreza multidimensional das regiões geográficas do Brasil.

3 METODOLOGIA

Na abordagem da pobreza multidimensional para as regiões brasileiras faz-se uso da metodologia desenvolvida por Kageyama e Hoffmann (2006), através de uma análise exploratória dos microdados da PNAD/IBGE 1995, 2005 e 2015, bem como vale ressaltar que foi utilizado o software Stata 12.

Diante dessa perspectiva, a justificativa para os anos analisados se referem aos três últimos governos que levantaram a questão de políticas sociais de combate à pobreza no país, através das transferências diretas de renda. Vale ressaltar que o atual estudo não tem como objetivo central levantar e debater a questão dessas políticas de cunho social implementadas no país durante esses governos⁵.

De acordo com os autores, os componentes não monetários - luz elétrica, banheiro e água canalizada - não são totalmente dependentes dos rendimentos domiciliares, mas justificam que possuir renda facilita a obtenção desses elementos. No entanto, a rede pública é o principal responsável por disponibilizar à população o acesso a tais serviços.

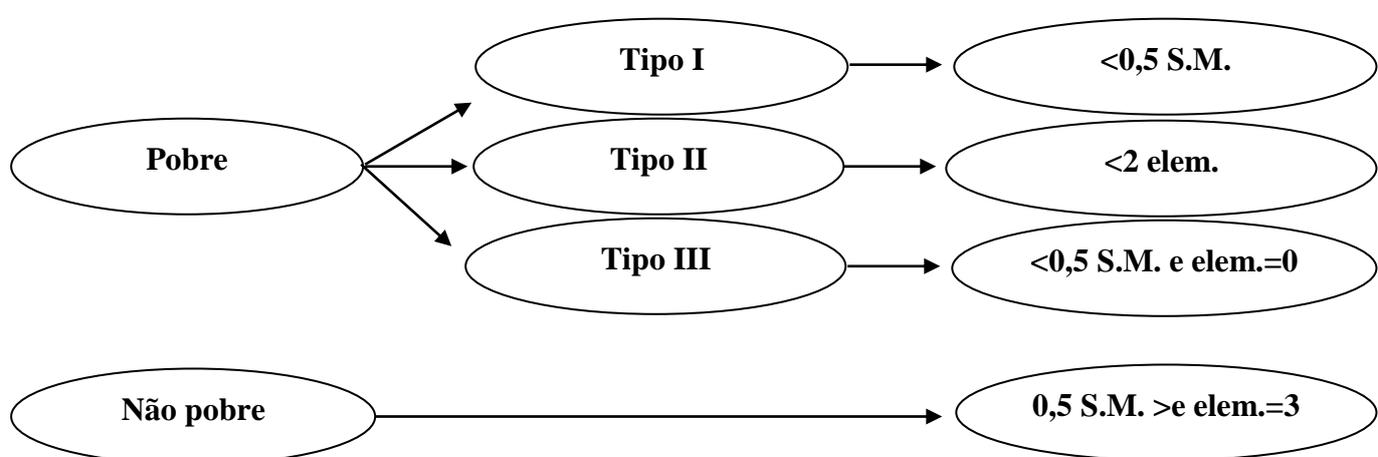
Diante do exposto, a situação de pobreza das pessoas será definida a partir de uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo e em três categorias a saber: a) pobre tipo I; b) pobre tipo II; c) pobre tipo III (extrema pobreza). A população que não se encontra dentro dessas categorias, será denominada “não pobre”, segundo Kageyama e Hoffmann (2006, p. 95):

- O pobre tipo I será caracterizado pela insuficiência de renda, ou seja, inclui as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza;
- O pobre tipo II são as pessoas que vivem em domicílio com menos de dois elementos básicos (luz elétrica, banheiro e água canalizada em pelo menos um dos cômodos do domicílio);

⁵ Em 1995, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se concentrou no primeiro momento no combate ao processo inflacionário e, implementou o Plano Real com esse objetivo. E a partir do ano de 2001 implementa o modelo de vários Programa de Transferência Direta de Renda a nível nacional (auxílio-gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação). Em 2004, o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva através da Lei Federal nº 10.836, 9 de janeiro de 2004. Com a unificação, esse tipo de política de transferência de renda passa a ser denominado “Programa Bolsa Família” e com um forte apelo para a busca da erradicação da pobre e da pobreza extrema no país. Objetivo este, que foi seguido pela então Presidente Dilma Roussef, eleita em 2010 (ALVES, 2018, p. 19)

- O pobre tipo III ou extrema pobreza são aqueles que possuem renda abaixo da linha de pobreza e encontra-se com privação em todos os elementos básicos não monetários escolhidos (luz elétrica, banheiro e água canalizada em pelo menos um dos cômodos do domicílio).
- Será considerado não pobre a pessoa com renda domiciliar acima do valor da linha de pobreza e que o domicílio conta com os três elementos básicos.

O esquema abaixo representa a classificação dos pobres:



Fonte: Elaboração Própria, (2018).

É importante ressaltar que no Brasil, assim como em outros países, existem vários tipos de linhas de pobreza que são adotadas para determinar pobres e não pobres para cada uma delas é possível identificar vantagens e desvantagens⁶. O Programa Brasil sem Miséria é voltado para aqueles que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza e em 2016 adotaram, respectivamente, uma linha monetária de R\$ 85,00 e R\$ 170,00. O benefício de Prestação Continuada – BPC, tem como um dos critérios a renda domiciliar per capita, considerando uma renda inferior a ¼ do salário mínimo (IBGE, 2017).

Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o comunicado n° 159, onde informa que no ano de 2012, cerca de 6 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza. Para fazer esta estimativa, eles adotaram quatro diferentes linhas de pobreza. Duas delas referentes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e duas referentes aos critérios

⁶ A determinação de uma linha de pobreza pode estar defasada pela inflação ou sem a devida correção monetária. Desse modo, pode ocorrer perdas ou ganhos ao longo do tempo (IBGE, 2017, p. 62).

para acesso aos Programas Federais de Transferência de Renda⁷. A depender do critério adotado, verificou-se que o Brasil tinha 10 ou 15 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.

Silva et al. (2017), analisam em seu trabalho, o grau de privação das pessoas com relação aos indicadores e suas respectivas dimensões⁸. Eles concluíram que houve uma redução na pobreza multidimensional nos anos de 2009 a 2015, onde de 22,56% passou para 20,91%, respectivamente. Concluem ainda que, embora tenha havido redução na pobreza, a região Nordeste possui ainda 23,78% da população nesse estágio.

O IBGE divulgou em 2017, a síntese dos indicadores sociais da condição de vida da população brasileira. Ao considerar o rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares por dia⁹ e a cobertura de três serviços de saneamento básico¹⁰, verificou que a privação dos serviços se manifesta de forma mais presente na população que possui rendimento abaixo de 5,5 dólares. Apenas 40,4% das pessoas abaixo dessa linha possui acesso a todos os serviços.

⁷ Referente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (US\$ 1,25 e US\$ 2,00 diários, convertidos pela paridade do poder de compra – PPP). Referente aos critérios de elegibilidade para acesso a programas federais de transferência de renda (R\$ 70,00 e R\$140,00, mensais, adotados em julho de 2011, corrigidos pelo INPC) (IPEIA, 2013, p. 17).

⁸ As seis dimensões são as seguintes: dimensão 1, alimentos e água; dimensão 2, comunicação e informação; dimensão 3, educação; dimensão 4, condições de moradia; dimensão 5, saúde; dimensão 6, trabalho e demografia. Além das 6 dimensões utilizadas na elaboração de um indicador de pobreza multidimensional, foram incluídas 22 variáveis derivadas a partir das variáveis originais retiradas da PNADs. Elas foram escolhidas com base na revisão da literatura acerca da temática da pobreza, tanto sob o enfoque da teoria das necessidades básicas quanto da teoria das capacidades (SILVA *et al.*, 2017, p. 13)

⁹ O Banco Mundial utiliza o critério de 5,5 dólares por dia para países de nível médio-alto de desenvolvimento. “A linha de 5,5 dólares é defendida aqui como um recorte válido para detalhar o nível de vida da população brasileira, revelando desigualdades” (IBGE, 2017, p. 65).

¹⁰ Abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo (IBGE, 2017, p. 69).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise será feita a partir da estatística descritiva proveniente dos microdados da PNAD onde será apresentada a população em situação de pobreza e os que não estão inseridos nesse cenário, centrando a análise para o Brasil e suas cinco regiões e mais o Distrito Federal. A linha de pobreza utilizada para a identificação da população pobre e a não pobre foi determinada por meio salário mínimo¹¹, valores corrigidos para setembro de 2015. A Figura 2, vem demonstrar o valor do salário mínimo deflacionado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

Fica identificado que o valor do salário dos anos de 1995 e 2005, mesmo que corrigidos pelo INPC ainda se mostram menores do que o valor verificado para o período-base.

Figura 2 - Valor do salário mínimo de 1995, 2005 e 2015, corrigidos pelo INPC – set./2015

1995	2005	2015
R\$ 380,17	R\$ 532,25	R\$ 788,00

Fonte: Bacen
Elaboração Própria, (2018).

Nesse sentido, ao analisar as unidades federativas do Brasil e o Brasil, foi possível constatar que as regiões Nordeste e Norte permanecem como as regiões em que a pobreza se mostra persistente em maior valor. Tal fato pode ser atribuído às desigualdades na distribuição de renda, existentes nessas regiões desde a época colonial, e que, corrobora com vários estudos que apontam para cenário, conforme Figura 3.

No que se refere ao Brasil, constata-se que a variação da população não pobre no período entre 1995-2015 foi de aproximadamente 4,49%, e a região Nordeste foi a que apresentou a maior evolução em relação a essa variável, da ordem de 22,42%. Tal fato pode ser explicado por essa região ser a mais contemplada com as transferências do Programa Bolsa Família (PBF), do governo federal. Ficando assim talvez parte dessa evolução explicada pela maior abrangência desse programa junto à sua população. E, no sentido diametralmente oposto, está a região Sudeste, em que apresentou valores negativos nessa

¹¹ Linha de pobreza utilizada na metodologia desenvolvida por Kageyama e Hoffmann (2006).

variação, -5,30%. Mas, o que se pode ser observado foi que o ano de 2005 para a maioria das regiões – exceto região Nordeste e Centro-Sul - e para o Brasil, foi o período em que a proporção de não pobres apresentou uma trajetória declinante, voltando a subir no ano de 2015 para todos os espaços geográficos analisados.

Figura 3 – População pobre e não pobre – 1995, 2005 e 2015 - (linha de pobreza 0,5 SM)

Região/Ano	1995*	2005*	2015
Pobre I	(%)	(%)	(%)
Sul	16,76	17,39	14,71
Sudeste	11,81	19,20	19,02
Nordeste	39,93	45,44	42,85
Norte	34,84	39,57	39,96
Centro-Oeste	27,60	27,14	20,65
Distrito Federal	12,24	18,33	13,99
Brasil	26,22	31,23	29,25
Pobre II	(%)	(%)	(%)
Sul	1,52	0,52	0,22
Sudeste	1,83	0,74	0,36
Nordeste	7,83	7,64	4,48
Norte	10,42	9,22	4,55
Centro-Oeste	3,60	1,34	0,57
Distrito Federal	1,57	0,56	0,19
Brasil	4,44	4,12	2,22
Pobre III	(%)	(%)	(%)
Sul	0,67	0,07	0,15
Sudeste	1,27	0,17	0,04
Nordeste	9,28	2,81	0,08
Norte	1,93	2,77	0,65
Centro-Oeste	3,33	0,26	0,24
Distrito Federal	0,85	0,37	0,25
Brasil	3,88	1,36	0,13
Não Pobre	(%)	(%)	(%)
Sul	81,05	81,70	84,92
Sudeste	85,09	79,89	80,58
Nordeste	42,96	44,11	52,59
Norte	52,81	48,44	54,84
Centro-Oeste	65,57	71,26	78,54
Distrito Federal	85,34	80,74	85,57
Brasil	65,46	63,29	68,40

Fonte: PAND – IBGE. Elaboração Própria, (2018).

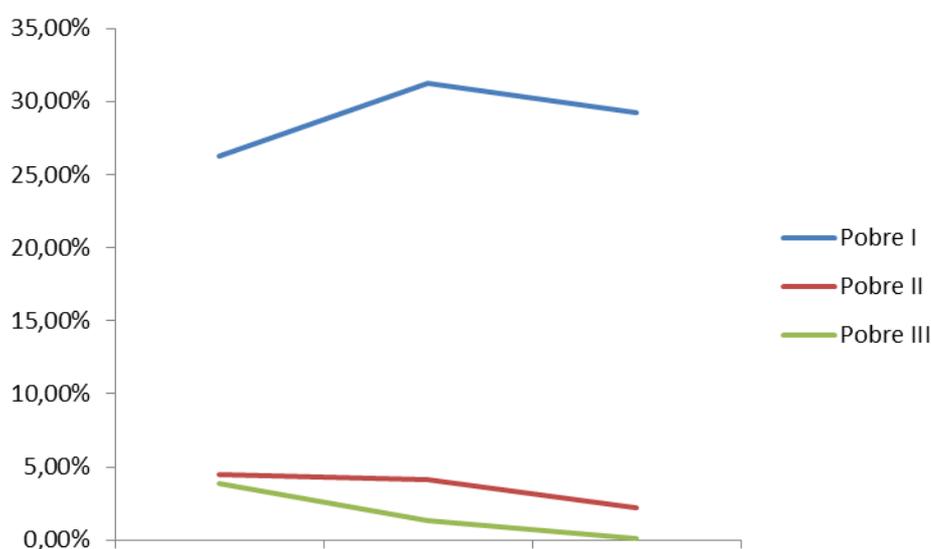
Nota*: valores atualizados para setembro de 2015

Defaltor INPC

De acordo com a Figura 4 é possível verificar que a trajetória da pobreza no Brasil, nos anos de 1995, 2005 e 2015, apresentam-se em queda. Porém, a Pobreza I apresentou uma

elevação no ano de 2005, possivelmente pela estagnação dos rendimentos, e depois uma tendência de queda, conforme Figura 4. Essa diminuição, pode ser explicada pelo crescimento da renda, ocorrido a partir de 2005. E realmente entre 2005 e 2015, a queda foi da ordem de 6,34%. Ao analisar a pobreza tipo II e III (extrema pobreza), verifica-se que, desde o ano de 1995, as variáveis mencionadas apresentam uma trajetória decrescente, fato que sinaliza que a política social implementada com mais abrangência a partir do ano de 2003 começa a surtir efeito e que perdura até o ano de 2015. Tal fato sinaliza que o PBF se mostrou eficiente quando se analisa a renda e alguns fatores de moradia, pois o mesmo se apresenta como um fator redutor nesses tipos de pobreza.

Figura 4 - Trajetória para Pobreza no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015



Fonte: PNAD – IBGE
Elaboração Própria, (2018).

Nesse sentido ao analisar a proporção de pobres entres as regiões do Brasil, conforme já citado anteriormente, as regiões Nordeste e Norte são as que apresentam as maiores proporções de pobres no país, demonstrado na Figura 5. Observa-se que a média na proporção de pobres da região Nordeste e Norte são aproximadamente 53,45% e 48,72%, respectivamente. Enquanto as menores médias dessa variável foi registrada para o Distrito Federal com 16,12% e a região Sul com aproximadamente 17,34%, ou seja, evidenciando assim que a região Nordeste possui mais da metade da sua população em algum estágio de pobreza.

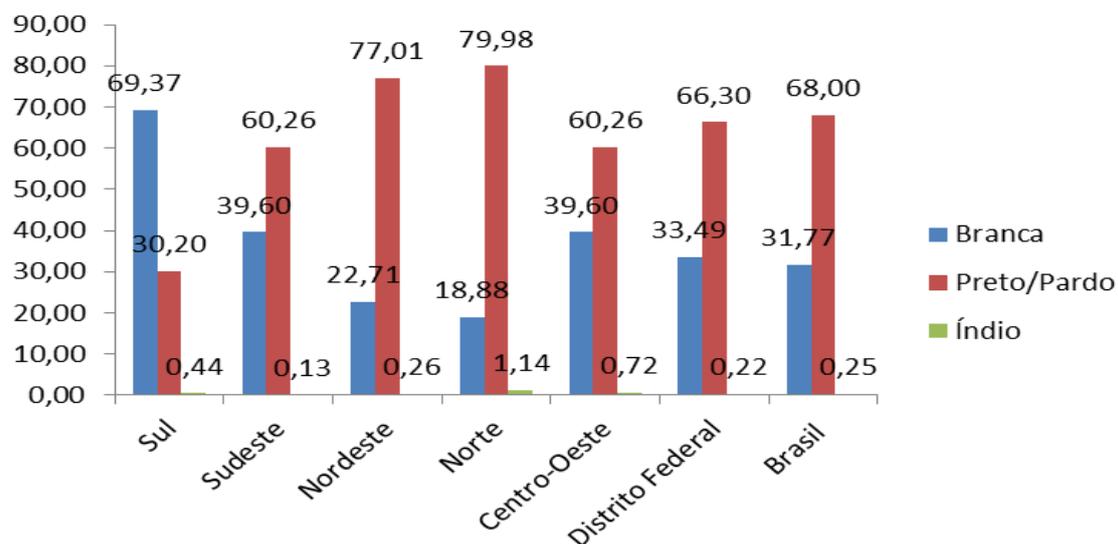
Figura 5 - Proporção de Pobres nas Regiões do Brasil, 1995, 2005 e 2015 (%)

Regiões/Ano	1995	2005	2015
Sul	18,95	17,98	15,08
Sudeste	14,91	20,11	19,42
Nordeste	57,04	55,89	47,41
Norte	47,19	51,56	45,16
Centro-Oeste	34,53	28,74	21,46
Distrito Federal	14,66	19,26	14,43

Fonte: PNAD – IBGE
Elaboração Própria, (2018).

Ao analisar algumas características da população pobre que vive com menos de meio salário mínimo nas regiões do Brasil, identifica-se que a média desse contingente de pessoas são da raça preto e pardo, com exceção verificado na região Sul, onde a maioria são da raça branca, conforme demonstrado na Figura 6. A associação da pobreza com a cor/raça, está presente na sociedade brasileira desde a época de sua colonização, onde a mão-de-obra escrava, era predominante, sobretudo na região Nordeste. Desta forma, infere-se que os altos índices de pobreza verificados para a população da raça preto/pardo, pode ser derivada, até os dias atuais, dos fatores históricos dessas regiões.

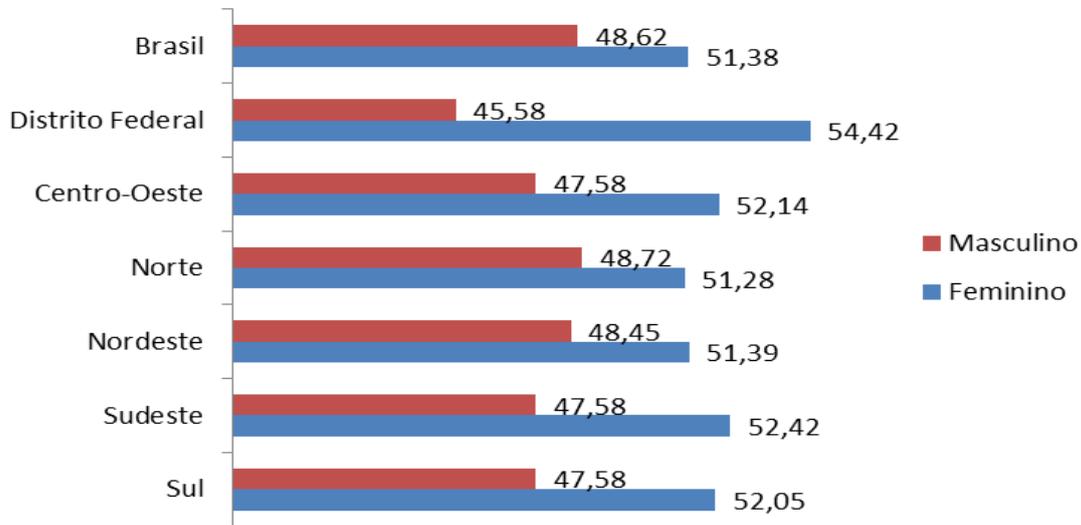
Figura 6 - Média da População Pobre segundo Raça (Linha de pobreza < 0,5 SM), Regiões e Brasil – 1995, 2005 e 2015 (%)



Fonte: PNAD – IBGE
Elaboração Própria, (2018).

Outra característica observada foi quanto ao sexo dessa população pobre, verificou-se que em todas as regiões estudadas e também para o Brasil, as mulheres são maioria, de acordo com o exposto na Figura 7. A desigualdade de gênero, refletida na baixa participação da mulher no mercado de trabalho, menores salários, bem como, o baixo grau de escolaridade, podem estar relacionadas a este indicador.

Figura 7 - Média da População Pobre no Brasil e Regiões segundo Sexo - 1995, 2005 e 2015 (%)

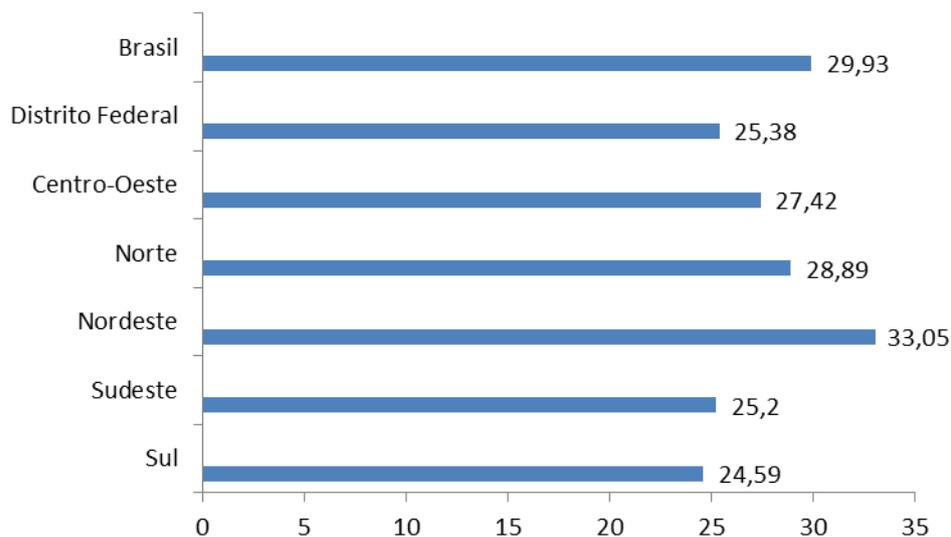


Fonte: PNAD – IBGE
Elaboração Própria, (2018).

Nesse sentido, outra característica das pessoas pobres a serem levantadas como sendo um dos pilares para manutenção nesse estágio de privação social e econômica está na educação. Em todas as regiões e no Brasil, foi identificado que a maioria dessa população não tem instrução ou menos de um ano de estudos, conforme demonstrado na Figura 8.

Observa-se também que a região Nordeste a que tem mais proporção de pessoas pobres no Brasil, é também a região com maior média de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudos, valor maior do também do que foi verificado para o Brasil.

Figura 8 - Média da População Pobre Sem Instrução ou com menos de 01 ano de Instrução – 1995,2005 e 2015 (%)



Fonte: PNAD – IBGE
Elaboração Própria, (2018).

Diante do exposto nesse capítulo, fica evidente que a pobreza ainda é persistente nas regiões mais vulneráveis do país, Norte e Nordeste. Evidencia que a pobreza ainda é uma realidade para a maioria dessas pessoas, e que a maioria é do sexo feminino, não possui instrução ou tem menos de um ano de ensino, são da raça preto/pardo, ou seja, características socioeconômicas corroborada em muitos estudos que centram na desigualdade regional existente no país.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Sabendo-se da importância do estudo do fenômeno da pobreza, o presente trabalho buscou analisar a pobreza multidimensional entre regiões no Brasil, através dos microdados disponíveis nas PNADs do IBGE, utilizando-se como variável monetária, a renda e como variável não monetária, o acesso a três elementos básicos, luz elétrica, banheiro e água canalizada, em pelo menos um dos cômodos do domicílio. Através das discussões apresentadas, evidenciou-se que a análise da pobreza sobre a ótica multidimensional é bastante relevante para classificar pobres e não pobres.

A partir da utilização de uma linha de pobreza de meio salário mínimo, verificou-se que entre os anos de 1995 e 2005 houve crescimento da população classificada como pobre tipo I, em todas as regiões do Brasil, exceto no Centro-Oeste. A região Nordeste apresenta os maiores índices, passando de 39,93% para 45,44%, respectivamente. No entanto, os resultados para o ano de 2015 são inversos, apresentando queda na maioria das regiões. Apenas a região Norte apresenta uma pequena evolução no percentual da população que possui renda abaixo da linha de pobreza. Tal fato pode ser explicado pela má distribuição de renda e pela falta de acesso ao emprego, impossibilitando o crescimento da renda.

A pobreza tipo II e tipo III (extrema pobreza), que engloba na análise, o acesso aos elementos básicos no domicílio, apresentaram trajetória de redução nos anos analisados, inclusive no Nordeste e Norte, que se destacam como as regiões com maior proporção de pobres, mas que ao ser avaliada por outra perspectiva que não só a renda, os resultados mostram-se mais favoráveis, pois estão ligados aos efeitos de longo prazo das políticas sociais adotadas no início do período analisado, ao desenvolvimento regional e ao investimento em infraestrutura.

Como reflexo dessas políticas de longo prazo, observou-se uma evolução no percentual da população não pobre (com renda domiciliar acima do valor da linha de pobreza e que o domicílio conta com os três elementos básicos), no ano de 2015, tanto no Brasil como nas suas regiões e no Distrito Federal. Essa evolução fez com que a proporção de pobres apresentasse redução nesse mesmo ano, com destaque para o Distrito Federal, com apenas 14,43%.

Se tratando de outros aspectos que foram incorporados nesse estudo, os resultados mostraram que a maioria da população que vive com menos de meio salário mínimo, são do sexo feminino, o que pode ser explicado pela desigualdade de gênero, ainda existente no país.

Observou-se ainda que, a população da raça preto e pardo são maioria entre os pobres, apresentando maiores percentuais na região Norte e Nordeste, na ordem de 79,98% e 77,01% respectivamente. Ao verificar o nível de escolaridade dessa população, o Nordeste se destaca com a maior média da população pobre que não possui instrução ou com menos de um ano de estudo (33,05%). Essas características vêm corroborar com as demais variáveis analisadas nesse estudo, onde apontam maior concentração de pobres na região Nordeste e Norte do Brasil.

Conclui-se que apesar da redução da pobreza, esta ainda é persistente no Brasil, sobretudo na região Nordeste e Norte. Este fato pode ser atribuído as desigualdades regionais existentes no País. Desse modo, o estudo das variáveis multidimensionais da pobreza, permite auxiliar o direcionamento eficiente das políticas públicas, com finalidade de atuar nas regiões que apresentam maiores índices de pobreza, proporcionando desenvolvimento regional e conseqüente superação dos efeitos negativos dessas desigualdades.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Flavio Ataliba; FRANCA, Joao Mario; MANSO, Carlos Alberto. Comparando as fontes de redução da pobreza entre o Nordeste e Sudeste do Brasil de 1995 a 2005. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/41>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. 2006. (Texto para Discussão 1227). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1688>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. 1997.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Infra-estrutura dos domicílios brasileiros: uma análise para o período 1981-2002. Rio de Janeiro, 2005. (Texto para Discussão 1077). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1991>>. Acesso em: 9 de set. 2018.

CALDAS, Renata de Melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no Nordeste brasileiro: Uma análise multidimensional. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, jan-abr/2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/rec>>. Acesso em: 18 abri. 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. Comunicado do ipea nº 58 - Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/5293>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CORRÊA, Lucilena Ferraz Castanheira; LIMA, João Policarpo Rodrigues; CAMPOS, Luís Henrique Romani de. Uma análise da pobreza multidimensional do Nordeste metropolitano com uso de modelo de equações estruturais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 2, p. 313-333, 2015.

CORRÊA, Lucilena Ferraz Castanheira. A pobreza estrutural do Nordeste metropolitano: uma análise multidimensional das suas características. Recife, 2013. 194 f. Tese (Doutorado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Economia, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11202/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional, **RAE-eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez. 2002.

DA SILVA, Andréa Ferreira et al. Análise da pobreza multidimensional no Brasil no período de 2009 a 2015. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 9-24, 2017. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/724>>. Acesso em: 14 de nov. 2018.

DE OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery; DE SOUZA, Solange de Cassia Inforzato; JUNIOR, Aricieri Devidé. Desenvolvimento das famílias e a pobreza no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3385>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502009000300003>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ESPINDOLA, Ricardo Molari. Redução da pobreza: crescimento econômico ou distribuição de renda?. 2008.

EZEQUIEL, Márcio. Pobreza como objeto histórico: problemas empíricos e teóricos. **Diálogos**, v. 2, n. 1, p. 95-112, 2010.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/107/10747709005.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GARCIA, Adir Valdemar; TUMOLO, Paulo Sergio. Pobreza: reflexões acerca do fenômeno. **Revista da ABET**, v. 8, n. 1, 2009.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Uberlândia, 2009. 210 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia Programa de Pós-Graduação em Economia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13502>>. Acesso em 5 nov. 2018.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2002.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Texto para Discussão, n. 223, out. 2003. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/4927552>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

OTTONELLI, Janaina; MARIANO, Jorge Luiz. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1253-1280, 2014. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33364>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970–2011)*. Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos, 2013.

_____. *Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 685-718, 2000.

_____. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. 2000.

_____. ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil. Principais tendências da espacialização. Economia e sociedade*, v. 7, n. 1, p. 193-211, 1998b.

ROCHA, Sonia et al. *Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. Revista de Economia Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 153-185, 2005.

ROCHA, Sonia. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução-1981/95*. 1998a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/2431>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ROMÃO, Maurício E. C. *Considerações sobre o conceito de pobreza. Revista Brasileira de Economia*, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.

SALAMA, Pierre. *Com esta crise, os pobres se tornaram menos vulneráveis?* In: COELHO, Maria F.P., TAPAJÓS, Luziele M.S.; RODRIGUES, Monica. *Políticas Sociais para o Desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010, p. 295-314. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br> >. Acesso em 25 jun. 2017.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues. *Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil*. Uberlândia, 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia Programa de Pós-Graduação em Economia, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13508/1/ana.pdf>>. Acesso em 5 nov. 2018.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues. *Abordagens das necessidades humanas e das capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010*. Uberlândia, 2015. 318 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia Programa de Pós-Graduação em Economia, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13469>>. Acesso em 5 nov. 2018.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais*. 2009. Texto para discussão n. 1381, fev. 2009, IPEA. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1381.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

TEJADA, César Augusto Oviedo; DE ANDRADE JACINTO, Paulo; DOS SANTOS, Anderson Moreira Aristides. Pobreza e saúde: evidências de causalidade em um painel de dados para o Brasil. ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA–ANPEC/SUL, v. 11, 2008.

VAZ, Fábio Monteiro et al. Linhas de pobreza subjetivas para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211622320-.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2017.

VINHAIS, Henrique et al. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. **Encontro Nacional de Economia**, v. 34, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.